

## ATA MARÇO/2024 – REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA -CMC

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Cultura, realizada de forma presencial, no dia 29 de abril de 2024, às 18 horas.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura na Sala Guiomar Novaes do Centro de Cultura Raul de Leoni. Estavam presentes os conselheiros representantes do IMC: Cristiane Monteiro, Leonardo Cerqueira, Nicolle Constancio e Diana Iliescu. Estiveram presentes também Beatriz Ohana, do segmento de Audiovisual, Mauricio Araújo, do segmento de produção cultural, Graça Vescovini, do segmento de Cultura Italiana, Marcia Garnem, do segmento de produção cultural, Neiva Voigt, do segmento de dança, Felipe Laureano, do segmento Afro, Rodrigo Kozlowski, da Secretaria de Turismo, Jobe Marcelino, da APBAN, Irene Gabardo, da Casa da Cidadania, Ary da Silva, Crystal Sa, Matheus do Nascimento, do Laboratorio Teatral, Ariel Barbosa, Camila Filardi, do segmento de Design e Moda, Ana Paula Dias, do segmento de Artesanato, Ariane, do segmento Design e moda, Iara Rocha, do segmento Cultura Viva, Rodolpho Cavadas, da Coordenadoria de Juventude, Monica Valverde, do Afro Serra, Ana Paula Duque, Cassia Hammes, Vania Cristina do Nascimento, do Instituto Aliance e Jorge Rossi, do Segmentos de Musica. Justificaram ausencia Daniel Beatriz, Andre Amom, Isabela Bentes, Luciane, da Secretaria de Esportes, Ana Cecilia Reis e Raquel Neves. As 18:15 inicia-se a reunião, Jorge Rossi, segundo secretário, dá boas vindas aos presentes e passa a palavra para Cristiane Monteiro para fazer explanação inicial a respeito da pauta única da reunião, sendo esta a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Cristiane Monteiro informa que participou do encontro com o Ministério da Cultura sobre a aplicação dos recursos específicos da Política Cultura Viva na PNAB. Cristiane esclarece os principais pontos que vêm sendo discutidos e compartilha com todos as informações constantes da Cartilha disponibilizada pelo MINC. Em seguida Jorge Rossi abre para discussão da plenária. Felipe Laureano opina que o modelo de edital que vem sendo lançado na cidade, pelo Fundo Municipal de Cultura (Funcultura) é fruto de uma discussão e melhoria contínua realizada pelo CMC e que é um modelo bem consistente, por ser abrangente. Maurício Araújo defende que os editais devem

ser democráticos e por isso cada proponente só deve poder passar em um único edital. Felipe Laureano defende que todos os projetos financiados pelo Funcultura sejam gratuitos para a população e que não se permita nenhum tipo de venda ou cobrança de ingresso. Ary diz que para algumas produções é importante cobrar pelo produto cultural pois isso contribui para que o público valorize a produção. Iara Rocha diz que arte não é pra dar lucro e fala sobre a PNAB e sua importância para o país. Marcia Ganem diz que teriam um milhão trezentos e cinquenta para a parte que não é cultura viva e que pensaram em fazer um edital só para este valor. Faz uma provocação para todos pensarem nos critérios baseados na demanda dos profissionais de Petrópolis. Que devem todos levar para seus segmentos e fóruns esta discussão. Pensando em cotas, Marcia diz que para uma mulher branca de comunidade ficaria mais difícil ser contemplada, e faz referência a sua fala da reunião anterior, que segundo ela mesma, poderia parecer racista mas explica porque não foi. Traz o questionamento do que é justo e o que não é, e diz que é a favor das cotas. Felipe Laureano traz a necessidade de que os projetos tenham apresentações gratuitas. Trouxe os valores iniciais do que havia sido apresentado em reunião anterior e Cristiane informa que estes valores podem ser modificados, aumentando ou diminuindo nas categorias apresentadas. Cristiane explica a divisão dos recursos. Beatriz Ohana diz que se impressiona de estarmos debatendo cotas, pois todo chamamento público deveria ter. Informa que poderíamos ter diferentes editais ou um único que abarcasse todo o processo. Se forem vários, eles podem sair no mesmo período dos editais estaduais, e voltaríamos à loucura de muitos editais ao mesmo tempo. Diz que pra além do que ganha do prêmio do edital, que o filme que realizou por edital, ainda lhe paga direitos autorais de exibição mesmo anos depois. Monica Valverde conta da sua experiência de ter escrito projeto nos editais e que fez um documentário em 2000 com mestres griôs que já faleceram, com um edital que ganhou da SECEC, que filmou com um celular, que acha importante fazer mesmo com valores pequenos, que é possível se adaptar. Cerqueira informa que é necessário discutir, mas não podemos perder de vista que precisamos apresentar logo o PAAR – o plano anual de aplicação dos recursos – para o Ministério da Cultura, pois após aprovado o plano, ainda temos que passar por muitas etapas burocráticas até chegar ao lançamento dos editais. Cristiane informa que 31 de maio é o prazo final para publicarmos o PAAR de Petrópolis no Diário Oficial. Traz à tona uma reflexão sobre valores de projetos, que às vezes o proponente do projeto de 50 mil ganha pessoalmente o mesmo que um proponente de um projeto de 5mil, porém realizando um projeto de maior vulto e contratando mais pessoas. Explica que o valor dos coletivos não precisa ser para gastos administrativos mas para realizar ações culturais por estes coletivos. Fala sobre reforma de equipamentos culturais e demais categorias da divisão dos recursos. Irene, representando a Casa da Cidadania, informa que estão dando força para esta área cultural nas ações sociais que já realizam

e pergunta como poderão acessar os recursos. Diana Iliescu responde explicando como funcionam os editais de cultura e esclarece que ter um valor para reforma de equipamentos culturais seria muito interessante para avançarmos na qualidade destes equipamentos, uma vez que estamos novamente em “guerra tributária” com grande instabilidade no valor do repasse de ICMS, através de renovadas decisões judiciais, mas que a decisão final de investimento dos recursos será pelo coletivo do Conselho de Cultura. Marcia traz lembrança de como foi a divisão no edital Paulo Gustavo, e diz que talvez propostas menores possam ser mais relevantes para atender às demandas. Diz que tem que ter cota, e sugere que se discutam as cotas no sentido de entrar LGBTQs e outras minorias. Leonardo Cerqueira relembra como foi o uso do recurso na Lei Aldir Blanc durante a pandemia, que o inciso II trazia recursos para gastos administrativos de CNPJ. Mas que na PNAB a proposta é diferente, o subsídio para o espaço/ grupo cultural pode ser utilizado de outra forma. A ideia é irmos experimentando e sentindo como a cidade se comporta. Monica Valverde diz que na estatística na cumprimos todas as vagas de cota, que houve multiplicador no quilombo, mas que eles não conseguiram se inscrever pois precisavam de alguém que sentasse junto pra fazer, como um explicador mesmo. Pois eles não conseguiram fazer sozinhos. Monica sugere mais projetos com valores menores, pois assim o dinheiro irá circular mais. Descobrir outras formas de incluir. Diz que temos que fiscalizar se as cotas estão sendo cumpridas com equipe negra mesmo, como dito na inscrição. Lara diz que os conselheiros têm obrigação de compartilhar as informações. Que ela tem acompanhando as lives do MinC e quer fortalecer os colegas com informações. Importante que todos conheçam a lei. Agora o momento é se reunir, se calçar na lei, e apresentar uma proposta ao conselho. Ana Paula Duque fala sobre a cartilha, que é importante ter orientações precisas sobre como participar do edital para quem ainda não está acostumado. Já que temos recursos para os próximos 5 anos, talvez seja mais importante investir na cadeia de produção primeiro, sem deixar de lado a manutenção dos equipamentos, mas focando no fomento. Laureano traz a questão das cotas raciais, mas diz que falas de 3 minutos não são suficientes para aprofundar este debate, fala da experiência de outros países com cotas, que somente após 10 ou 20 anos se pode avaliar o impacto que uma nova lei, como essa, gera na sociedade. Levanta a questão da cota social, ao contrário de cota racial, diz que tem vários livros no drive que pode compartilhar pois são assuntos profundos que não temos tempo de abordar da forma adequada. Defende a construção do edital baseado no Alan Sask. Neiva conta que encontrou Sergio da Capoeira do Morro do Alemão, que participou da oficina de multiplicação que ela deu, mas que ele disse que aquilo (edital) não era para eles. Vários conselheiros entram no debate do acesso ao edital para pessoas que não têm experiência anterior. Cristiane informa que usamos modelos de referência do MinC, que nacionalmente ainda não descobrimos modelos ainda

mais acessíveis pois é necessário cumprir com as regras da legislação. Diz que o público também é beneficiado por este recurso, não é só o artista que vence o edital. Cristiane encaminha para marcarmos uma nova reunião extraordinária para próxima segunda de modo a avançar nesta discussão. Leonardo fala da necessidade de estudarmos editais diferentes. Fazer edital é uma tarefa difícil, pois elaboramos, achamos que está bom e sempre levamos pedrada. É um grande desafio formular as melhores soluções. Pensamos muito em fazer os projetos mas pouco em avaliar como eles se deram, devemos dar mais atenção a isso. Cristiane explica o que diz a portaria do MinC sobre divisão e aplicação de recursos, respondendo a pergunta de Mônica. Diz que se um coletivo for habilitado no edital, mesmo que não ganhe, que ele já pode ser considerado ponto de cultura. João Pontes, do Ministério da Cultura, sugeriu que não se façam cadastros municipais de pontos de cultura neste momento, somente após os editais. Leonardo Cerqueira explicou que a caracterização estará definida no edital. Lara relembra que os 25% da PNAB para Cultura Viva é o valor mínimo, mas que pode ser ampliado se a cidade entender que a demanda é maior. Relembra que estamos aguardando o modelo dos editais enviado pelo MinC, para termos um balizamento de como serão os nossos. Lara diz que somente pontos de cultura já certificados podem assinar TCCs, segundo João Pontes teria dito, e que por isso seria interessante que quem quiser concorrer já deveria entrar na rede cultura viva municipal. Diana discorda da fala de Lara, diz que os TCCs são para coletivos ainda não cadastrados como pontos de cultura também, e decidem todos consultar a cartilha para esclarecer. Encaminha-se proposta de nova reunião extraordinária do Conselho com pauta única debate do edital da PNAB 2024, no dia 06 de maio, segunda-feira, às 18h, de forma online. Vice-presidenta Diana encaminha a votação e os conselheiros presentes aprovam por unanimidade. Lara encaminha pedido de participação do Instituto de Cultura nas lives que o segmento de Cultura Viva irá realizar. Sem mais nada a tratar, demos por encerrada a reunião, e assinei a ata lavrada por mim, vice-presidenta do Conselho, Diana Iliescu e assinada em conjunto com o Presidente.

---

André Amon

Presidente CMC



---

Daniel Beatriz  
Rossi

1º Secretário CMC  
Secretário

Jorge

2º

Poder Publico  
Sociedade Civil